

APONTAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO EM DOCÊNCIA

João Paulo Danieli

Professor Colaborador da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.

E-mail: joaopaulojb@gmail.com

Resumo: O presente trabalho é parte de pesquisa já concluída, tendo como objeto de estudo a Educação de Jovens e Adultos. Com o objetivo de fazer apontamentos históricos dessa modalidade de ensino e a importância do estágio em docência. A história da EJA é permeada por abandono, exclusão e manobra de interesses de classes sociais, ou ainda, como discurso político. Várias foram as ações, programas e projetos implantados no Brasil, seja como ferramenta ou instrumento para o processo de alfabetização. Assim sendo, busca-se um melhor entendimento sobre essa modalidade, realizando um breve relato histórico sobre a EJA no Brasil. Para isso, iniciam-se as discussões desde a chegada dos padres jesuítas, em 1549, passando pelo período Imperial, pela República Velha, pelo Estado Novo, pela Ditadura Militar e da década 1990 até os dias atuais. Tentando entender quais foram as intenções do Governo (enquanto poder público) e da Sociedade civil organizada. Posterior a isso, inicia-se o relato do estágio em docência, feito nessa modalidade, com a intenção de conhecer e entender a realidade dos educandos da EJA. Nele estão contidos elementos importantes do período em que estive estagiando. Afirmando que o estágio tem o papel de construir a identidade e a formação do profissional docente. É um instrumento essencial e construtivo para aquele ou aquela, que deseja seguir a profissão docente. Para a realização desse trabalho segui alguns passos metodológicos, como: no desenvolvimento teórico, pesquisa bibliográfica e documental; no estudo do estágio, foram feitas entrevistas com a direção, equipe pedagógica e professor, observação em sala de aula e aplicação de um plano pedagógico. Espera-se que o trabalho possa servir para conhecer e entender melhor a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Estágio e Docência.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem origem a partir de levantamento bibliográfico, documental e de entrevista da pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso, onde foi estudado a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Apresentando breve apontamentos históricos da EJA no Brasil, articulados ao estágio e docência feito na mesma modalidade de ensino, a fim de compreender a prática e a teoria enquanto indissociáveis para o processo de formação humana.

O objetivo é compreender esta modalidade dentro de suas fragilidades e perspectivas, naturalizadas e discutidas no seio das sociedades que se organizaram historicamente no Brasil. Sejam elas em aspectos didáticos-pedagógicos e/ou de ensino-aprendizagem.

Quanto a história da EJA, Souza (2012) aponta que esta, “insere-se num cenário econômico, social e político. Está geralmente atrelado à relação educação e trabalho, haja vista que os seus sujeitos são trabalhadores ou jovens em busca do primeiro emprego” (p. 31). Pois como a história apresenta, a Educação para Jovens e Adultos,

nem sempre foi vista como um fator educacional (de alfabetização e de conhecimento) e sim como fator social e econômico, ou seja, como manobra e discurso político.

A partir de leituras, indagações e reflexões que surgiram a partir do estágio realizado em docência na EJA, esse trabalho se estrutura. Ele está dividido em dois momentos distintos, mas que se complementam para o conhecimento histórico da EJA.

Na primeira parte do trabalho apontamos e refletimos sobre a história do Brasil e da Educação para que entendamos o surgimento da Educação de Jovens e Adultos. Que inicia com a chegada dos Jesuítas ao Brasil, passando o período Imperial, momento em que temos as primeiras ações governamentais, como as Escolas Noturnas para adultos. E na Primeira República, Estado Novo e a Segunda República (1889 até a década de 1950), com várias campanhas de alfabetização, com objetivo de erradicar o analfabetismo, uma “vergonha” nacional, que precisava ser resolvida. Chegando a década de 1960, destacando-se por dois momentos fortes e opostos: o primeiro é o surgimento de movimentos sociais ligados a educação popular e a proposta de Paulo Freire, com uma educação emancipatória, conscientizadora e transformadora, e, a segunda a proposta dos militares com uma educação para o mercado de trabalho e de controle social, voltada mais a técnica. E finalizando na década de 1990 até as discussões atuais, onde se continua uma educação voltada para o mercado de trabalho e ligada as parcerias com a sociedade civil organizada.

A segunda parte do trabalho traz reflexões sobre a prática, feito no estágio em docência na EJA, de forma a propor um “novo olhar sobre a EJA” os limites e proposições. Onde conheci a realidade e a concretude dos trabalhos pedagógicos desenvolvidos com esta modalidade de ensino, buscando observar a relação didático-pedagógica e ensino/aprendizagem. Para isso, as atividades foram acompanhadas em sala de aula e em eventos, com a finalidade de refletirmos sobre as ações desenvolvidas pela escola na aprendizagem dos alunos, bem como a integração do processo de ensino e conhecimento.

METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho seguimos alguns métodos. Quanto a questão teórica dos apontamentos históricos da EJA, teve caráter bibliográfico e documental. Os dois sobre o objeto de estudo que concerne a questão historiografia da educação e de Jovens e Adultos. Na bibliográfica autores como Vanilda Paiva, Maria L. A. Aranha, Moacir Gadotti e Paulo Freire,

já a documental, Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos.

Quanto ao trabalho do estágio, os métodos utilizados foram: conversa e apresentação da proposta de estágio com a direção da escola; entrevista com a supervisora pedagógica, com o professor regente e a diretora; observação em sala de aula e a aplicação de um plano de oficina pedagógica.

DISCUTINDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Estudar nos dias de hoje a Educação de Jovens e Adultos no contexto nacional brasileiro pode até parecer um tema recente. Em alguns pontos sim, por exemplo, em legislação, falta muito construirmos e avançarmos, para que a EJA seja reconhecida e valorizada. Mas historicamente essa educação vem desde a chegada dos primeiros padres jesuítas em 1549, liderados pelo padre Manuel de Nobrega. Qual a relação entre os jesuítas que aqui chegaram com a EJA?

Pode-se afirmar que os jesuítas foram os primeiros professores de educação de jovens e adultos. Quando aqui chegaram, uma das primeiras ações, além de levar a religião, foi fundar escola para catequisar os índios. Como coloca a autora Aranha (2006),

Apenas quinze dias depois, os missionários já faziam funcionar, na recém-fundada cidade de Salvador, uma escola “de ler e escrever”. Era o início do processo de criação de escolas elementares, secundárias, seminários e missões, espalhados pelo Brasil (p. 140).

Até o século XVIII, não temos nada em específico da educação de jovens e adultos, o século XIX, com a vinda a família real para o Brasil, encontramos as primeiras medidas e avanços na EJA, com a criação das “escolas noturnas” para a educação de adultos.

Segundo Paiva (2015) as escolas noturnas foram determinações do regulamento de 1854 que estabelecia a criação de escolas para adultos sempre que uma escola do segundo grau tiver dois professores. As primeiras iniciaram-se em 1860 e depois se multiplicaram-se na maioria das províncias do Império¹. Ainda segundo a autora, “Através da iniciativa oficial, contando o país com 177 dessas escolas em 1876. Entre 1870 e 1880 praticamente todas as províncias criam classes” [...] (PAIVA, 2015, p. 195).

¹ Devemos ter claro que a obrigatoriedade da Educação no Brasil colônia era das províncias e não da Colônia. Primeiro em 1824 declara o livre a instrução popular, depois em ato adicional da Constituição Imperial de 1834, coloca o ensino primário e secundário sob a jurisdição das Províncias, desobrigando o Estado Nacional de cuidar pela educação.

O surgimento das escolas noturnas não tinha uma preocupação social e educacional dos adultos, e sim por questão econômica. O país começa a se desenvolver economicamente através de novas técnicas e do progresso, e para isso necessitava de mão-de-obra que tivesse um grau mínimo de instrução. E essa instrução era para as camadas mais populares, inferiores, vistos como ignorantes, incapazes, dependentes e era preciso “civilizar”. Como Strelhow (2010) escreve: “era preciso iluminar as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso” (p 51), ou Rui Barbosa que escreve nesse período, “os analfabetos são considerados, assim, como crianças, incapazes de pensar por si próprios” (STRELHOW apud STEPHANOU e BASTOS, 2010, p. 51).

Inicia-se assim um processo de institucionalização, bem como a popularização da escola no Brasil, principalmente para a educação de jovens e adultos. Os métodos de estudos dessas escolas noturnas estavam centradas na leitura oral e na memorização.

Com o início da República e do século XX, houve várias iniciativas e debates, sobre como erradicar o analfabetismo no país. “A situação era grave, já que na década de 1920 o índice de analfabetismo atingira a alta cifra de 80%” (ARANHA, 2006, p. 299). Surgem nesse período carregado de preconceito contra o analfabeto ou “povo” incapaz e incompetente.

Passa-se a Primeira República de 1889 até 1930, sem termos uma educação de jovens e adultos como direito, como princípio universal de educação pública e gratuita. A preocupação da sociedade brasileira nesse período era o fator social e econômico, de vergonha nacional.

A década 1930 será importante para a educação por várias questões, como: o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, a Criação do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP. Essas ações vão impulsionar a educação no Brasil, bem com a educação dos jovens e adultos. Uma das primeiras ações encontradas foi desvincular a educação de adultos da elementar comum², iniciando uma nova forma de educação o “supletivo”.

Na década de 1940 com a abertura política da redemocratização a educação de adultos volta a ser debatida. Surge em 1947, em âmbito nacional, com a intenção de atender às pessoas adultas, o SEA (Serviço de Educação de Adultos). A finalidade do SEA era de reorientar e coordenar, no geral, os trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos (STRELHOW, 2010, pag. 53).

² A educação Elementar foi o nível de ensino estipulado pelo Imperador em 1827, que seria o ensino primário nos dias de hoje tendo a duração e quatro anos, como também o ensino secundário que depois passou a ser ensino fundamental. Na educação elementar tinha disciplinas de instrução moral, religiosa leitura e escrita, noções de gramática, princípios de aritmética e sistema de pesos e medidas.

Ainda nessa década foram realizadas outras campanhas oficiais de alfabetização para a educação de jovens e adultos, como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA. Campanha que tinham caráter assistencialista e emergencial, pois buscavam erradicar o analfabetismo em um curto prazo, por exemplo, em três meses. O analfabetismo era visto pela elite brasileira como a causa do não desenvolvimento econômico do país.

Na década de 1950, surge alguns movimentos populares pelo país, como Centros Populares de Cultura – CPC, Movimentos de Cultura Popular – MCP, Movimentos de Educação de Base – MEB, entre outros. Esses momentos e principalmente o educador Paulo Freire³ com sua prática educativa, vão revolucionar a educação de jovens e adultos no Brasil.

Os movimentos sociais e Paulo Freire apontavam que o problema do analfabetismo brasileiro foi gerado por um processo histórico de constituição do modelo econômico. Afirmavam que o educando adulto é produtor de cultura e que pode e deve avaliar essa cultura e ampliá-la criticamente. Entende-se a educação de jovens e adultos nesse período através da educação popular.

Paulo Freire fez suas crítica a educação oficial, vista como excludente, marginalizadora e opressora. Propôs uma nova forma de educação, a dialógica, conhecida como a pedagogia libertadora. Partindo da realidade do educando e de temas geradores, via os analfabetos como produtores de conhecimento e conscientizavam do seu papel na sociedade, como sujeitos livres e críticos. Suas aulas aconteciam em locais abertos, embaixo de árvores, em casas, associações, sindicatos, igrejas, etc. Essa educação dos movimentos e do Paulo Freire aconteceu em grande parte no Nordeste do país, região que concentrava o maior índice de analfabetos.

Gadotti (2011) aponta que além da educação libertadora de Paulo Freire, outra tendência vigorava no país sobre a educação de adultos. Para o autor esse educação era “entendida como educação funcional (profissional), isto é, o treinamento de mão-de-obra mais produtiva, útil ao projeto de desenvolvimento nacional dependente” (p. 42).

³ Paulo Freire nasceu em Recife, em 1921, e conheceu, desde cedo, a pobreza do Nordeste do Brasil, uma amostra dessa extrema pobreza na qual está submersa a nossa América Latina. Desde a adolescência engajou-se na formação de jovens e adultos trabalhadores. Formou-se em direito, mas não exerceu a profissão, preferindo dedicar-se a projetos de alfabetização. Nos anos 50, quando ainda se pensava em educação de adultos como uma pura reposição dos conteúdos transmitidos às crianças e jovens, Paulo Freire propunha uma pedagogia específica, associando estudo, experiência vivida, trabalho, pedagogia e política. O pensamento de Paulo Freire – a sua teoria do conhecimento – deve ser entendido no contexto em que surgiu – o Nordeste brasileiro –, onde, no início da década de 1960, metade de seus 30 milhões de habitantes vivia na “cultura do silêncio”, como ele dizia, isto é, eram analfabetos. Era preciso “dar-lhes a palavra” para que “transitassem” para a participação na construção do Brasil, que fosse dono de seu próprio destino e que superasse o colonialismo (SOUZA apud GADOTTI, 2012, p. 125 – 126).

Como o governo via os movimentos populares e a educação de Paulo Freire como ameaça a ordem, criou algumas ações, como: a Cruzada do ABC (Ação Básica Cristã), em 1966 e o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, em 1970. Essas ações iniciaram nos estados de Recife, Paraíba e Sergipe, região Nordeste, onde a educação de Paulo Freire estava sendo difundida e aplicada.

O MOBRAL, por exemplo, foi extinto em 1985, no processo de redemocratização do país, e, substituído pela Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos, a fundação Educar. Que tinha o objetivo de fomentar programas destinados aos jovens e adultos que não tiveram acesso à escola ou que foram excluídos. Mas, a fundação logo foi extinta em 1990, pelo presidente Fernando Collor. Mais uma vez, a educação de jovens e adultos é excluída do debate nacional, não vista como prioridade educacional.

Iniciamos a década de 1990, embalados pela constituição de 1988, onde a educação era garantida por Lei e de direito de todos, além de um forte apelo mundial para a erradicação do alfabetismo. O Brasil se insere nessa lógica e lança o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC, ainda em 1990 e em 1991 o MEC, enfoca as carências do ensino fundamental, etapa das altas taxas de analfabetismo. Para isso, configura-se um processo de transferência do ensino para a educação supletiva (SOUZA, 2012, p. 52).

Já a Lei de Diretriz Básica da Educação Nacional – LDBEN, 9.394 de 1996, subscreve artigo da garantia específica dessa modalidade,

Art. 37: A EJA será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

Parágrafo 1º: Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996).

Pela primeira vez na história brasileira, passados quase 500 anos de exclusão educacional tem-se uma lei específica que garantiria o direito jurídico a educação de Jovens e Adultos pelo Estado. Mas, ao mesmo tempo encontramos o descaso dessa modalidade pelas ações governamentais. Por quê? O discurso de que a EJA é um investimento caro e sem retorno.

Como aponta Souza (2012) muitos programas foram criados e desenvolvidos nessas últimas décadas. Alguns executados pela estrutura do Estado, e outros em sua grande maioria

em parcerias e convênios com a sociedade civil, mais especificamente com organizações não governamentais – ONGs⁴.

Essas ações e programas da EJA até apontam índices de escolaridade, como por exemplo, o número de alunos matriculados. Mas, a educação além de fragmentária não alteram as estruturas das relações sociais de exclusão e do analfabetismo no país, além de não alterar a “situação de acesso a um conhecimento que fortaleça processos de emancipação da classe trabalhadora” (SOUZA, 2012, p. 156).

A própria história educacional nos revela que a educação de jovens e adultos no país, nunca foi tratada como prioridade. E quando foi integrada ou garantida, usaram como discurso político. Mas, quem são esses jovens e adultos? Onde estão inseridos? O que fazem? Muitas outras perguntas podem ser elencadas quando se fala em EJA. Agora, as respostas são curtas e nem sempre respondidas. Algumas, o presente trabalho irá tentar responder através do estudo de estágio feito em docência na EJA. Buscando relacionar a teoria com a prática.

RESULTADOS SOBRE A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONHECENDO A REALIDADE ESCOLAR A PARTIR DO ESTÁGIO.

As atividades de docência na Educação de Jovens e Adultos foram realizadas no mês de maio a julho de 2016. A escola estagiada é a única do município que trabalha com EJA e mantida pelo Município de Francisco Beltrão. Tendo salas de aulas descentralizadas, ou seja, tem uma escola como sede e outras salas localizadas em diversos bairros da cidade. Justifica-se essa descentralização devido à distância dos bairros para com a escola sede e a dificuldade do meio de transporte dos alunos. Minha escolha foi estagiar em uma sala de aula descentralizada, para acompanhar as atividades do professor e o perfil dos alunos matriculados.

O curso é caracterizado por estudos presenciais desenvolvidos de modo a viabilizar processos pedagógicos, tais como pesquisa e problematização na produção do conhecimento; desenvolvimento da capacidade de ouvir, refletir e argumentar; registros, utilizando recursos variados (anotações, ilustrações, textos individuais e coletivos), permitindo a sistematização e socialização dos conhecimentos; vivências culturais diversificadas que expressem a cultura

⁴ Vários foram os programas feitos pelo Estado e em parceria, aqui citamos dois. O primeiro em parceria entre o ministério da educação, empresas, pessoa física e ONGs, como o Alfabetização Solidária – ALFASOL, criado em 1998, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de reduzir os altos índices de analfabetismo. O segundo uma ação do Governo Federal, o Programa Brasil Alfabetizado, iniciado em 2003, com o objetivo de promover o acesso a educação como um direito de todos, mas centrado na ampliação da escolaridade no país. Os dois apresentam a preocupação de melhorar os índices de analfabetismo.

dos educandos, bem como a reflexão sobre outras formas de expressão cultural; e, a utilização do material didático que será indicado e fornecido pela Secretaria Municipal de Educação (FRANCISCO BELTRÃO, 2010, p. 14).

No que tange a mediação pedagógica, essa acontece de maneira interdisciplinar, não havendo nenhuma separação entre alfabetização e outras possibilidades de intermediação, que possam constituir barreiras ao desenvolvimento educacional do educando. O aluno é matriculado ao mesmo tempo em várias as áreas do conhecimento, como Língua portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza.

Quanto a concepção de educação que a escola busca para a EJA é o compromisso com a *formação humana* e com o *acesso à cultura geral*, de modo que os educandos participem ativamente das relações sociais de forma crítica, com comportamento ético e moral.

Essa concepção alinha-se com a proposta das diretrizes curriculares da Educação de Jovens e Adultos:

O papel fundamental da construção curricular para a formação dos educandos desta modalidade de ensino é fornecer subsídios para que se afirmem como sujeitos ativos, críticos, criativos e democráticos. Tendo em vista esta função, a educação deve voltar-se a uma formação na qual os educandos possam: aprender permanentemente; refletir de modo crítico; agir com responsabilidade individual e coletiva; participar do trabalho e da vida coletiva; comportar-se de forma solidária; acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais; enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez, a partir do uso metodologicamente adequado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos (PARANA apud KUENZER, 2006, p. 27).

Para que essa concretização se efetive na busca da formação humana e da cultura é necessário que o processo ensino-aprendizagem da EJA, seja coerente com, *a socialização dos sujeitos*, agregando elementos e valores que os levem à emancipação e à afirmação de sua identidade cultural; *o exercício de uma cidadania democrática*, reflexo de um processo cognitivo, crítico e emancipatório, com base em valores como respeito mútuo, solidariedade e justiça; e, os *três eixos* articuladores do trabalho pedagógico com jovens, adultos e idosos – *cultura, trabalho e tempo* (FRANCISCO BELTRÃO, 2010, p. 14).

Dessa maneira, busca-se uma proposta pedagógica pensada mais próxima da realidade do educando. Tentando promover o acesso ao conhecimento com seu universo cultural, aliando a teórica com as suas vivências e experiências cotidianas, principalmente através do mundo do trabalho.

No que refere-se a concepção da ações pedagógica da EJA, ela é a dialógica, reflexiva e crítica, voltada para questões sociais, culturais, políticas e entre

outras. Considerando a participação coletiva do educando e do educador e a possibilidade de articulação das questões locais e universais de forma interdisciplinar.

Quanto aos temas que são definidos, estes são articulados aos conteúdos e, as práticas pedagógicas devem privilegiar estratégias que contemplem as diferentes linguagens verbal ou alfabéticas e não verbal, icnográfica (leitura de imagens, desenhos, filmes) e cinética (sonora, olfativa, tátil, visual), para que o educando reconheça as diferentes formas de falar, escrever e interpretar, bem como os efeitos dessas linguagens (FRANCISCO BELTRÃO, 2010, p. 23).

Paulo Freire nos ensina que o ato de conhecimento refere-se à escolha dos conteúdos. E essa escolha deve estar ligada a investigação de palavras e temas geradores. “Investigar o tema gerador é investigar, repetimos, o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis” (SOUZA apud FREIRE, 2012, pag. 122). Já Souza (2012), apresenta que “as palavras constituem, assim, um instrumento de leitura da língua e de leitura coletiva da realidade social, atendendo ao objetivo da educação – conscientização política” (p. 129).

Quanto há formação dos professores, esta, acontece através de encontros e pesquisas, que buscam a reflexão sobre a prática docente e de propostas de trabalho, que são construídas coletivamente.

O Trabalho pedagógico é realizado de forma organizativa e participativa. Além da parte pedagógica, como reuniões, planejamento, encontro e atividade, faz visita em todas as salas de aula nos bairros, conversando com alunos, tirando dúvidas e orientando os professores para que, o que foi discutido e organizado nos encontros e reuniões seja executado conforme o planejamento.

O ensino da turma é dividido em duas fases. A fase I consiste nos alunos que estão iniciando a alfabetização, o contato com a escrita/leitura e a fase II os que já estão alfabetizados e letrados. O mesmo trabalha as atividades intercalando um tempo para cada fase⁵. Enquanto ensina, interage e explica para uma, a outra fica trabalhando e fazendo outras atividades, como: exercícios e leituras.

Percebeu-se que a prática do professor corresponde ao plano de aula planejado juntamente com a pedagoga. Utilizando de material didático apropriado para a EJA, ele vai além do proposto, busca mais material complementar e atividades que não compõem o livro didático. Também vai além quando surgiram outros questionamentos e ideias durante as aulas, assim as discussões foram bem trabalhadas de forma organizada e democráticas.

⁵ Até podemos comparar ao ensino multisseriado, aonde as aulas são ministradas por um único professor, atendendo alunos de diferentes idades e graus de desenvolvimento.

Freire (1996) nos ensina que “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão” (p. 26). Também Gadotti (2011), nos apresenta que o educador de jovens e adultos precisa respeitar as condições culturais e criar o interesse e o entusiasmo pela participação (p. 39).

O professor relatava que o trabalho na EJA era um grande desafio, pois, ali, o educador precisa compreender além daquilo que o aluno precisa para se alfabetizar. Ou seja, necessitamos compreendê-los como seres humanos, com seus anseios, seus medos e suas frustrações. Somente assim, poderíamos trabalhar o conhecimento sistematizado.

Os alunos que frequentam a EJA na escola estagiada são residentes do próprio bairro ou de bairros vizinhos. O perfil dos alunos é de classe baixa, trabalhadores assalariados-remunerados com atividades nas indústrias, no comércio (operários e vendedores) e trabalhadores autônomos (doméstica, pedreiro e pintor). Quanto a idade isso é bem variada de 16 e 64 anos (mas, a maioria dos alunos era acima de 45 anos), composta por ambos os gêneros. Segundo as Diretrizes Curriculares da EJA,

Compreender o perfil do educando da Educação de Jovens e Adultos (EJA) requer conhecer sua história, cultura e costumes, entendendo-o como um sujeito com diferentes experiências de vida e que em algum momento afastou-se da escola devido a fatores sociais, econômicos, políticos e/ou culturais (PARANÁ 2006, p. 29).

Ainda sobre as aulas ministradas, percebeu um comprometimento entre professor e aluno. O professor estabeleceu um contato direto com cada aluno indo de carteira em carteira conversando, ensinando, questionando, instigando e observando os alunos. O que impressiona é a sua forma de ensinar, ou seja, ao obter o resultado de uma questão qualquer, ele questiona o aluno, como ele chegou aquele resultado. Se a resposta não está certa, ele incentiva o aluno a buscar e refletir para encontrar a resposta correta, repassando que ele apenas interpretou erradamente. O docente trabalha de forma calma e utiliza muito do diálogo.

Essa relação dialógica entre o educador e educando se aproxima daquilo que Paulo Freire propôs, na busca da alfabetização e do conhecimento. A partir do diálogo o educador além de ensinar e alfabetizar o educando, ele o insere na sociedade conscientizando de seu papel como sujeito ativo e crítico, levando ao processo de emancipação. Como afirma Fantinato, é um “diálogo respeitoso, sendo que onde há respeito há troca” (SOUZA apud, 2012, p. 137).

Outros valores são fortes na relação educador-educando, como respeito, paciência, atenção, cuidado e valorização de cada avanço dos alunos, tanto em questão de comportamento, como de desenvolvimento de cada um. A preocupação do professor regente era notória, pois buscava estratégias e formas de diálogo para as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

CONSIDERAÇÕES

Ao término desse estudo sobre EJA e a docência, necessita-se esclarecer que não temos a intenção de esgotar esse assunto. Acreditamos que ele tem muito a nos ajudar a compreender as estruturas educacionais, a dinâmica e as relações sociais no país. Nossa intenção é seguir nesse caminho de pesquisa em outro momento, pois, o tema é relevante para a construção de uma educação mais justa, igualitária e democrática.

Construção essa, no caso da educação de jovens e adultos, que sempre esteve as margens da sociedade. Historicamente desde o a constituição das primeiras escolas no Império a EJA foi vista como uma das formas de inserir os jovens e adultos ao mercado de trabalho, como uma vergonha nacional na primeira República, como atraso ao desenvolvimento econômico na década de 1930, ou para melhorar os índices de analfabetismo, como vemos nas últimas décadas.

Como pensar em uma educação emancipatória para jovens e adultos se a própria sociedade os exclui. São excluídos por questões econômicas, pois o mercado de trabalho exige mão-de-obra qualificada e específica e a maioria não são alfabetizados. Excluídos da própria educação, pois não tem investimento ou é caro e sem retorno.

Afirmo que, uns dos melhores caminhos para a profissão de docente, é o Estágio em docência. Ele possibilita a vivência de situações, de desafios, de problemas, de diálogo, de convivência e acima de tudo a oportunidade de buscar sua identidade como docente.

No estágio aprendi muito sobre a convivência, há muito diálogo entre aluno e professor, ou mesmo entres alunos. Há situações e problemas que o professor enfrenta para lecionar, que o mesmo precisa ter habilidade e conhecimento para alfabetizar os alunos. Os desafios para ensinar os que estão iniciando são enormes, precisa ter muita paciência, diálogo e compreensão.

Portanto, o estágio em docência na Educação de Jovens e Adultos foi produtivo para a minha formação, não apenas profissional, mas humana e social.

Ele tem um papel fundamental na formação do professor, é ele que possibilita a relação teoria-prática, conhecimentos pedagógicos e administrativos o ambiente escolar. Mas, mais do que isso ele torna-se um momento de efetivação do processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria L. A. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

_____. **Lei nº 9.394.** 20 de novembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso: 20 de março 2017, BRASIL, 1996.

DALLA VALLE, Luciana de L. **Metodologia da alfabetização.** Curitiba: InterSaberes, 2013.

FRANCISCO BELTRÃO. **Projeto Curricular Pedagógico: Educação de Jovens e Adultos.** Escola Municipal Recanto Feliz – E.I.E.F: Ensino Fundamental EJA Fase I, 2010.

FREIRE, Paulo. Educação e adultos: algumas reflexões. In: GADOTTI, M; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria prática e proposta.** 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 35ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Educação de jovens e adultos: correntes e tendências. In: GADOTTI, M; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria prática e proposta.** 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos.** 7ª ed. São Paulo: Loyola, 2015.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos.** Curitiba: Secretária de Estado da Educação – SEED, 2006.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil.** Revista HISTEDBR, Campinas, n 38, p. 49-59, junho de 2010.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação de Jovens e Adultos.** Curitiba: InterSaberes, 2012.